

Artigo



HOJE TOLERÂNCIA, AMANHÃ INTRANSIGÊNCIA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS POSTURAS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NAS GREVES GERAIS DE 1917 E 1919

César Augusto B. Queirós*

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar a greve de 1919 em Porto Alegre, enfatizando a mudança de postura do governo do estado do Rio Grande do Sul em relação aos movimentos grevistas de 1917 e 1919 e buscando fazer uma análise comparada de sua atuação durante estes dois movimentos paredistas.

Palavras-chave: Greve, Sindicato, Violência.

Abstract:

This work has as objective to analyze the position of the Rio Grande do Sul government in relation to the strikers movements during the First Republic, being searched to make a comparative analysis of performance during the general strikes of the years of 1917 and 1919 occurred in Porto Alegre.

Keywords: Strike, Union, Violence.

No início do século XX, o Rio Grande do Sul foi palco de um importante movimento paredista que, assim como em outros estados, rompeu com a pseudo-normalidade da urbe. Na cidade de Porto Alegre, os anos de 1917 e 1919 foram de intensa agitação operária, caracterizados pela eclosão de duas

* Doutorando em História na UFRGS sob orientação do Prof. Benito B. Schmidt. e-mail: cesardequeiros@uol.com.br.

greves gerais que praticamente paralisaram a cidade. Entretanto, observa-se que a postura do governo do estado – dominado pelo Partido Republicano Rio-Grandense, de orientações notadamente positivistas – foi bastante diferente nestas duas greves: se na primeira mostrou-se aberto ao diálogo, aumentando o salário dos funcionários a serviço do estado, dando “o exemplo” e aconselhando os patrões para que fizessem o mesmo e baixando decretos que regulamentavam as exportações dos gêneros de primeira necessidade com o objetivo de conter a alta dos preços e a escassez de gêneros alimentícios, durante a greve de 1919 adotou uma postura de intolerância para com o movimento, iniciando desde logo uma severa repressão e perseguição aos paredistas. É importante ressaltar que o entendimento da postura do governo do estado perante a questão social passa necessariamente pela compreensão da influência das idéias positivistas sobre a mesma¹. Deste modo, este artigo tem o objetivo de analisar a greve de 1919 buscando compreender o que levou a uma mudança na postura do governo do estado do Rio Grande do Sul de uma greve para a outra. Para isto, convém fazer uma breve incursão sobre a greve de 1917 em Porto Alegre a fim de facilitar o entendimento sobre a postura do governo em ambas. Saliente-se que

¹ Em minha dissertação de mestrado, intitulada *O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1895-1919)*, analisei a forma com a qual o governo do PRR atuava durante os momentos de ascenso mobilizatório do proletariado e a maneira como a influência do ideário positivista era evidenciada na prática política tanto de Borges Medeiros quanto de Júlio de Castilhos (QUEIRÓS, 2000). Esta dissertação foi publicada em 2006 com o título *O Positivismo e a Questão Social na Primeira República (1895-1919)*. (QUEIRÓS, 2006). Apesar de alguns autores terem analisado o projeto político positivista (PINTO, 1986) ou então conceituado as relações entre Estado e trabalhadores no Rio Grande do Sul a partir do “paternalismo borgista” (PETERSEN, 1979), ainda não havia um estudo sobre as relações entre o PRR, um partido notadamente distinto dos demais em função da influência positivista, e o movimento operário no estado.

esta greve já foi bastante estudada pela historiografia – o que não ocorreu com a de 1919, a qual este artigo pretende priorizar².

Deve-se salientar que a greve geral de 1917 ocorreu em um momento em que a eclosão de um “tufão mortífero” no velho mundo havia acarretado um crescimento das exportações do país e, mais especificamente, do estado, acarretando a elevação dos preços, um aumento da carestia e sucessivas reclamações sobre o açambarcamento de produtos. Assim, apesar de haver a proibição de comícios públicos em função da eclosão de uma onda nacionalista decorrente da declaração de guerra contra a Alemanha, provocando o “transbordamento emotivo” contra os bens dos teuto-brasileiros no mês de abril (SILVA Jr., 1994), a União Operária Internacional (UOI) – associação puramente anarquista – realizou uma reunião geral da classe na sede da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) da qual participaram mais de 500 pessoas. Nesta, foi criada a Liga de Defesa Popular (LDP), um comitê aos moldes daquele criado em São Paulo no mesmo ano e do qual participaram anarquistas e pedreiros sindicalistas. Em virtude de sua oposição à realização de uma greve naquele momento, a FORGS ficou inicialmente excluída da direção da Liga. Esta oposição da Federação deve-se à composição de sua diretoria – predominantemente não anarquista – e ao receio de que um fracasso da greve pudesse acarretar um enfraquecimento das posições de suas lideranças dentro de um quadro de disputa pelos postos diretivos da mesma associação com os anarquistas que se organizavam, sobretudo, na UOI. No decorrer da greve, as lideranças não anarquistas da FORGS, aproveitando-se de seu aparato institucional, passaram a fazer a apropriação dos cargos de direção da Liga, caracterizando um gradual afastamento dos anarquistas das posições de liderança tanto desta entidade quanto da Federação, indicando um “golpe nas

² Sobre a greve de 1917 ver principalmente PETERSEN, 1979; SILVA Jr., 1994 e BODEA, s/d.

posições anarquistas” (SILVA Jr., 1996, p. 199). A LDP publicou uma proclamação ao povo de Porto Alegre no jornal *O Correio do Povo* (31/07/1917) na qual expunha suas reivindicações, tendo enviado, ainda, um Memorial aos governos municipal e estadual³. Entre as principais exigências desta Proclamação estavam a diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o estabelecimento de mercados livres nos bairros operários, a criação de um matadouro municipal para fornecer carne à população a preços acessíveis, aumento de salários e outras. Das exigências contidas nesta proclamação, 8 eram direcionadas diretamente às instâncias governativas (municipal e estadual) e somente duas (aumento de salários e redução da jornada) destinavam-se aos patrões. No dia 31 de julho, a LDP encaminhou uma solicitação ao governo do estado para que fosse autorizada a realizar um meeting no dia 31 de julho. Neste comício, ao qual compareceram aproximadamente 5.000 pessoas, foi deflagrada a greve (A Federação, 1º/08/1917) deixando a cidade às escuras em virtude da paralisação dos trabalhadores da Companhia Força e Luz.

No decorrer deste movimento paredista, a postura do governo do estado se deu no sentido de conferir legitimidade às reclamações dos operários e atendê-las em parte. Assim, no dia 2 de agosto o Presidente do Estado, Borges de Medeiros, publicou a resolução de baixar dois decretos (2.287 e 2.288), elevando o salário dos funcionários a serviço do estado e determinando uma regulamentação oficial sobre as exportações de banha, arroz, açúcar, batatas, feijão e farinha (A Federação, 02/08/1917). Seguindo as orientações do governo estadual, o intendente municipal, José Montaury, assinou um ato que estabelecia o preço de venda dos gêneros de primeira necessidade (ato 137 de 4 de agosto de 1917) e um que criava feiras e mercados livres em Porto Alegre (Ato 138 de 25 de agosto de 1917), atendendo às exigências constantes no Memorial da

³ Esta proclamação, bem como o Memorial encaminhado pela Liga ao Presidente do Estado e ao Intendente, foram publicados por Sílvia Petersen juntamente com a relação dos integrantes da LDP (1982, p. 197-199).

LDP. A partir deste dia, sobretudo em virtude da proibição da realização de *meetings* e ajuntamentos na cidade, de uma vigilância ostensiva e inibidora e da “sugestão” dada pelo chefe de polícia, Firmino Paim Filho, de que a greve fosse abortada, o movimento vai declinando e os trabalhadores vão, pouco a pouco, retornando ao serviço, ficando paradas somente aquelas categorias que não tivessem conquistado suas reivindicações junto a seus patrões. Relembrando a greve de 1917, Friedrich Kniestedt salientou que uma comissão formada por 5 membros fora convocada para dar um fim à greve e que havia sido ameaçada de prisão se não concordasse. Para ele, a greve terminara fracassada em virtude de que “suas lideranças haviam perdido a coragem” (GERTZ, 1989, p. 125). O certo é que, logo a seguir, a LDP lançou um Boletim no qual “aconselha a volta ao trabalho de todas as classes que o julgarem conveniente” (Correio do Povo, 05/08/1917). A greve havia terminado, tendo como resultado o atendimento parcial das exigências da LDP tanto por parte do Estado, que reconheceu sua legitimidade e atribuiu *status* institucional à Liga, quanto por parte dos patrões, que seguiram o “exemplo” dado pelo governo e concederam aumento salarial e redução da jornada.

Postura diferente teve o governo do estado na greve ocorrida em 1919, quando a posição de conferir legitimidade às queixas dos grevistas foi substituída por uma profunda intransigência tanto por parte do governo quanto por parte do patronato. Assim, no relatório anual de 1920, apresentado ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, o chefe de polícia interino, Eurico de Souza Leão Lustosa, comentava a greve da seguinte maneira:

Em fins de agosto do ano passado [1919] irrompeu nesta capital um movimento grevista que, a princípio declarado em uma marcenaria, logo depois se foi aos poucos estendendo, até tornar-se completamente generalizado entre o operariado e várias classes trabalhadoras correlatas, paralisando todas as fábricas, vários estabelecimentos e empresas comerciais, iluminação pública, trânsito de veículos e distribuição domiciliar de pão e leite e outros gêneros alimentícios (Relatório apresentado ao Presidente do Estado, 1920, p. 355-357).

De imediato, já se percebe o quanto o movimento paredista iniciado em agosto daquele ano alterou a vida da cidade nas semanas que se seguiram. Entretanto, as autoridades que representavam o poder no estado trataram logo de desqualificá-lo, atribuindo sua eclosão tão somente à “tácita e inconsciente submissão à influência de estrangeiros anarquistas” (Relatório apresentado ao Presidente do Estado, 1920, p. 355-357), sendo considerado o resultado do “desvario criminoso de elementos anarquistas, explorando a boa fé do *verdadeiro operariado*” (Mensagem do Pres. do Estado à Assembléia, 1920, p. 16). Esta idéia não perpassava tão somente as autoridades gaúchas e é, segundo Pinheiro, um fenômeno nacional uma vez que “até quando se pode retroceder na história republicana [...] se pode constatar uma insistência do Estado e das classes dominantes em pretenderem se livrar dos maus elementos das classes subalternas, em fazer desaparecer os elementos estranhos aos meios populares, naturalmente sadios” (PINHEIRO, 1979, p. 61). Na prática, o que se percebe efetivamente durante este movimento grevista é que, apesar de se verificar a presença de imigrantes e filhos de imigrantes entre as principais lideranças operárias de Porto Alegre, este se confundia com trabalhadores nacionais, que acabavam sendo a maioria. Assim, por exemplo, Zenon de Almeida era filho de poloneses e mudara de sobrenome – Budaszewski – em virtude “da perseguição movida aos trabalhadores estrangeiros” (MARÇAL, 1995, p. 33). Luíz Derivi, dirigente do Sindicato dos Pedreiros e Classes Anexas e uma importante liderança dentro da FORGS, nascera na Itália e Kniestedt era alemão. Analisando a participação de imigrantes italianos no movimento operário de Porto Alegre, Borges concluiu que “a presença de imigrantes italianos envolvidos em movimentos paredistas, enquanto trabalhadores, foi pequena” e que “os nomes arrolados entre as diretorias de sindicatos e associações, em sua maioria, se repetem, ou seja, um pequeno grupo de imigrantes italianos engajou-se nos movimentos operários do período” (1993, p. 86). Para os grevistas, contudo, a participação de imigrantes nas associações operárias era natural devido ao fato de que o Brasil era um país de imigrantes e que, se havia estrangeiros entre os operários, também havia entre os patrões. Para eles,

as manifestações operárias [eram] deturpadas, mistificados os seus intuítos e não raro atribuídas a anarquistas estrangeiros e isso com o fim visível de torná-las antipáticas aos ignorantes e justificar as ferozes repressões a que sempre estão prontos a fazer os governos contra o trabalhador que reclama o seu direito e defende a sua vida (Aos Pedreiros e Ajudantes, 1919).

A eclosão da greve seria, portanto, legítima e justificada pela precária condição de vida e pela exploração a que estavam submetidos uma vez que “nenhuma coletividade obreira tenha declarado em algum tempo greve para luxo. Todos sabem que uma greve representa o grito de agonia em que se debate a classe operária” (A Voz da Razão, 1919). No cenário internacional, o término da Grande Guerra trouxera consigo a expectativa de uma melhora na situação de vida e uma redução da carestia. Em manifesto distribuído pelo Sindicato dos Operários da Força e Luz, os grevistas salientaram que “o povo cansado de esperar melhoras, desiludido das promessas feitas de que tudo endireitaria assim que terminasse a guerra, desesperado pela incessante luta pela vida [...] resolveu reclamar um pouco de aumento dos salários e mais descanso” (Sindicato dos Operários da Força & Luz, 1919). Em alguns boletins, percebe-se a influência de acontecimentos ocorridos em outros países no movimento da cidade. Neste sentido, entre os diversos panfletos e manifestos distribuídos nos *meetings* e manifestações, alguns chamam bastante atenção como, por exemplo, uma moção publicada pela FORGS em 20 de julho de 1919 na qual os delegados de todos os seus sindicatos constituintes⁴ votaram

⁴ A Federação Operária do Rio Grande do Sul havia sido fundada em 1906, durante a greve geral daquele ano, sob a liderança dos socialistas. Segundo Schmidt, esta associação possuía o intuito de “aproveitar o momento de efervescência dos trabalhadores a fim de organizar uma instituição unificadora de suas lutas e interesses” (2005, p. 49). Em 1919, após uma série de disputas entre diferentes grupos, a FORGS passou a ter uma orientação predominantemente anarquista. Sobre a greve de 1906 e a fundação da FORGS ver SCHMIDT, 2005. Sobre as disputas pela liderança desta

unanimemente uma manifestação de protesto contra quaisquer intervenções na Rússia, Hungria, Tchecoslováquia ou qualquer outro país em que o proletariado conseguisse sua emancipação econômica (Moção da FORGS, 1919). A agitação revolucionária que parecia tomar conta do Velho Mundo começava a refletir-se no seio do movimento sindical gaúcho e brasileiro. Merecem destaque as Cartas-Manifesto assinadas pelo Delegado da República dos Soviets Russos Kessler, apreendidas durante os comícios de 1919 e publicadas anteriormente no periódico *O Inflexível* (03/03/1919) de Porto Alegre, cujo editor era Francisco Xavier da Costa, importante líder socialista que, a esta altura, estava afastado das associações operárias por ter sido eleito vereador pelo PRR (SCHMIDT, 2004).

A Preparação da Greve Geral de agosto – Naquele ano de 1919, a mobilização operária vinha crescendo de modo bastante rápido. Notícias das greves que ocorriam em outros estados e das violências cometidas pela polícia tornavam os ânimos mais acirrados e a palavra solidariedade era cada vez mais mencionada: solidariedade com os operários paulistas e cariocas, solidariedade com a Rússia em meio à intervenção branca, solidariedade com a República Soviética da Hungria, enfim. Segundo Hobsbawm, “o hábito da solidariedade leva tempo para ser aprendido. Leva mais tempo ainda para ser integrado ao código de ética incontestante da classe operária” (1999, p. 22). E as práticas de solidariedade pareciam estar bastante presentes naquele ano entre o operariado porto-alegrense, pelo menos entre a parcela que aderiu àquele movimento. Em

associação ver SILVA Jr., 1994. Em 1919, eram filiadas à entidade as seguintes associações: Sindicato dos Operários da Cia Força e Luz, da Cia Telefônica, dos Trapicheiros e Estivadores, dos Ferroviários, dos Pedreiros e Classes Anexas, dos Sapateiros, Sindicato de Resistência dos Alfaiates, Sindicato Padeiral, Sindicato dos Chapeleiros, dos Canteiros e Classes Anexas, União dos Foguistas, Sindicato dos Ofícios Vários, dos Empregados em Cervejarias e Classes Anexas, dos Condutores de Veículos, dos Trabalhadores em Açúcar, dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas, Allgeimer Arbeiter Verein e a UGT de Rio Grande, totalizando 18 entidades operárias associadas.

meados de julho, a maioria dos sindicatos já preparava suas respectivas greves: o Sindicato dos Metalúrgicos declarara-se em greve exigindo as 8 horas de trabalho e aumento de salário. Em torno de 600 operários aderiram à parede e percebe-se uma troca de informações entre o comitê da greve de Porto Alegre e a UGT de Rio Grande, a qual enviou um ofício demonstrando solidariedade para com os trabalhadores parados e distribuiu naquela cidade uma série de boletins aconselhando os operários de lá a não substituir os metalúrgicos grevistas da capital se chamados. A orientação para que esses trabalhadores se recusassem a substituir os grevistas de Porto Alegre indicava o reconhecimento de que “o perigo dos furadores de greve é sempre agudo” (HOBBSAWM, 1999, p. 22) e a necessidade de estabelecer esses laços de solidariedade, pois o estabelecimento de uma relação de ‘concorrência’ entre operários das duas cidades significaria o enfraquecimento do poder de barganha de ambos.

O Sindicato dos Operários em Calçados declarou-se em greve no final de julho, exigindo um aumento de 25% nos ordenados e redução da jornada de trabalho. No dia 29, foi interrompido o tráfego dos bondes e o Sindicato da classe editou um boletim reivindicando aumento de salário conforme uma tabela da classe, redução da jornada de trabalho de 9 para 8 horas diárias e garantia de emprego a todos aqueles que tivessem aderido ao movimento. No dia 4 de agosto, o Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas declarou uma greve com duração de doze dias e que resultou em vitória dos marceneiros (O Syndicalista, 03/09/1919), que obtiveram a redução da jornada de trabalho e aumento de salários (Relatório do Chefe de Polícia ao Presidente do Estado, 1920, p. 355). Outro sindicato que também entrou na agitação operária foi o Sindicato Padeiral que conclamou a classe para uma nova greve exigindo aumento de salário⁵. No dia 20 de agosto, “os estivadores que trabalhavam nos

⁵ Cabe lembrar que no mês de maio deste mesmo ano os padeiros já tinham organizado uma greve que acabou vitoriosa, na qual obtiveram a garantia de que uma comissão de higiene fiscalizaria mensalmente as padarias.

serviços de cargas e descargas da Viação Férrea desta capital declararam-se em greve” (O Independente, 20/08/1919, p. 2).

Em fins de agosto, diversas outras categorias aderiram à parede: o Sindicato dos Tecelões, dos Chapeleiros, dos Cervejeiros, dos Canteiros e os Trabalhadores dos Moinhos e Engenhos (que tinham uma jornada de trabalho de 10 horas e ½ e que reivindicavam a redução da jornada e aumento de salário em 25% para o diurno e em 50% para o noturno, e a abolição do trabalho aos domingos, entre outras melhorias). O Sindicato dos Operários da Companhia Telefônica resolveu também declarar greve tendo publicado um boletim no qual exigia que todo o operário que ganhasse até 100\$000 tivesse seu salário aumentado em 25% e os que ganhassem até 200\$000 em 15%, reconhecimento do sindicato por parte da empresa, readmissão de dois companheiros demitidos, entre outras reivindicações. A greve, então, se generalizava e acabava afetando profundamente a vida da cidade, provocando uma paralisação de serviços essenciais como luz, transporte e telefonia. A cidade ficou praticamente às escuras (O Independente, 03/09/1919, p. 2). Apesar da greve transcorrer de modo pacífico, o governo do estado adotou uma série de medidas no intuito de estabelecer uma estreita vigilância sobre os operários grevistas, pois “a polícia judiciária estava vigilante, sendo adotadas medidas para impedir qualquer perturbação da ordem pública” (A Federação, 30/08/1919, p. 1). *O Independente* destacava o caráter pacífico do movimento, salientando que “o que vem passando é dentro de uma normalidade elogiável” (05/09/1919, p. 2). Durante a segunda semana da greve, o jornal *A Federação* passou a noticiar alguns distúrbios: um cabo que guarnecia a Fábrica de Cervejas Becker foi alvejado por um tiro que o acertou de raspão, tendo sido o mesmo levado para o hospital sem que os responsáveis fossem identificados (03/09/1919, p. 5).

No início de setembro, os patrões chegaram a um acordo pelo qual não fariam nenhuma concessão aos grevistas e elaboraram um relatório ao presidente do estado a fim de “lhe provar a situação precária em que ficaria a indústria se concedessem as exigências dos grevistas” (A Postos Operários, 1919); e é a

partir dos dias seguintes que a situação passa a se radicalizar, quando a diretoria da Cia. Força & Luz começa a substituir os operários grevistas. Já no dia 4 de setembro, a diretoria “havia conseguido contratar vários maquinistas e foguistas licenciados da armada que aqui se achavam e que deram começo ao trabalho de aquecimento das caldeiras da usina”, contratando também em São Paulo “pessoal para trabalhar na sua usina, o qual [tinha] embarcado pela estrada de ferro com destino a essa capital” (A Federação, 05/09/1919, p. 3). Estas atitudes dos empregadores resultaram em um acirramento das relações entre patrões e empregados, de modo que, na madrugada do dia 6, foi lançada uma bomba de dinamite na sede da Cia. Força & Luz sem que alguém fosse ferido ou que resultasse em algum dano às instalações da sede. Este atentado pode ser considerado uma represália à diretoria da companhia, que vinha substituindo os trabalhadores grevistas e que na tarde anterior havia afixado na porta um comunicado no qual avisava que os grevistas que não comparecessem ao serviço seriam demitidos (A Federação, 06/09/1919, p. 5). Os operários queixavam-se igualmente da cumplicidade entre o governo e a burguesia gaúcha e criticavam “as forças do governo postas ao serviço da burguesia” (Sindicato dos Operários da Força & Luz, 1919). *O Syndicalista*, órgão da Federação Operária, denunciava que

em Porto Alegre, com a deflagração da greve dos operários do cais, canteiros e dos padeiros, tem tido o governo do Estado a desfaçatez de, sob pretextos odiosos espezinhar a Constituição que diz cumprir, mandando encarcerar operários só pelo fato de não quererem trabalhar, de irem convidar seus camaradas para reuniões e de não se amoldarem às conveniências dos patrões (*O Syndicalista*, 27/05/1919).

Percebe-se, pois, que a intransigência dos patrões em negociar com os grevistas foi validada e garantida pelo governo do estado, que adotou uma política claramente favorável aos empresários e contra os trabalhadores, tomando medidas que, pouco a pouco, contribuíram para o fracasso da greve.

No dia 7 de setembro, estava programado um *meeting* na praça Montevideo, em frente à Intendência Municipal, em defesa da redução da jornada de trabalho e por aumento salarial mas este foi proibido pela polícia. Apesar disto, os manifestantes compareceram ao comício, havendo então uma série de distúrbios e conflitos envolvendo os grevistas e a polícia. Fica evidente, neste caso, uma disputa pelo uso estratégico do espaço público: os operários querendo proporcionar visibilidade ao seu discurso em uma data fundadora em que se comemora a independência nacional. Este ato fica revestido de uma intensa carga simbólica, de um significado especial de apropriação de uma data tão significativa pelos grevistas que, com isso, não queriam que o movimento perdesse a visibilidade para os eventos alusivos ao 7 de setembro. Não queriam eles arrefecer em sua mobilização, não há trégua possível, a batalha continua. De outro lado, o Estado não admitia esta disputa pelo uso do espaço público, esta corrupção de uma data tão significativa que unificava a todos, na qual todos eram igualmente brasileiros e que, portanto, amenizava as matizes classistas. Assim, utilizou-se de seu aparato oficial para impedir a realização deste meeting, desta afronta ao Estado e à nação, o que resultou em um grave conflito entre operários e a polícia. Este conflito começou quando “a polícia resolveu comparecer ao meeting e fazer com que os operários se dissolvessem. O Dr. Chefe de Polícia interveio junto aos operários, lendo os artigos do Cod. Penal tendo sido, então, desatendido e desrespeitado pelos grevistas, que o receberam com protestos e vaias” (Processo-Crime 1016, p. 2-3). O processo-crime relativo a este incidente justificava a ilegalidade da realização do *meeting* afirmando que o mesmo

fora precedido de uma derrama de boletins, artigos de jornal, folhetos francamente revolucionários, assinados por diversas associações operárias desta capital. O próprio órgão oficial da ‘Federação Operária’ pregava abertamente a sublevação das massas operárias contra a sociedade atual, o governo e a propriedade particular (Processo-Crime 1016, p. 2).

O sub-chefe de polícia, então, “ordenou que [os manifestantes] se retirassem em calma, não atendido, ordenou que as praças dissolvessem a multidão, o que foi logo feito, tendo-se estabelecido grandes correrias” (A Federação, 08/09/1919, p. 3) sendo que alguns operários resistiram a esta ordem de “revólver em punho”, alvejando a força policial, “tendo algumas praças reagido contra os que resistiam” (Processo-Crime 1016, p. 4). Deste enfrentamento entre a Brigada e os grevistas resultou – além de muitos manifestantes feridos – a morte de um operário em plena rua dos Andradas. A procedência do tiro que provocou sua morte não pôde ser apurada. As ruas do centro da cidade transformaram-se, nesta ocasião, em uma verdadeira praça de guerra: operários grevistas fugiam das tropas da Brigada e se misturavam com transeuntes que comemoravam o dia da Independência (O Independente, 08/09/1919, p. 2). José da Silva, acusado de ter trocado tiros com a polícia durante a manifestação, relatou que os tiros foram inicialmente disparados por operários e que depois houve troca de tiros com a Brigada. Contudo, um depoente afirmou não saber de onde haviam partido os tiros, mas “os ouviu depois de ter a polícia carregado sobre o povo”, pois, na tentativa de dissolver o *meeting*, os soldados da Brigada lançaram seus cavalos sobre os operários, “pisoteando-os e espaldejando-os” (Processo-Crime 1016, p. 78).

No dia seguinte, o governo ordenou o fechamento de diversas associações operárias, entre elas a FORGS. Outras associações também tiveram suas sedes ocupadas militarmente, como a Cia Força e Luz e a União Metalúrgica (O Independente, 10/09/1919, p. 2). A radicalização do conflito resultou em mais dois atentados que se verificaram na madrugada do dia 8 de setembro, quando uma bomba foi atirada na Padaria Sul-Americana e outra na residência de Guilherme Sperb, fiscal geral da Cia. Força & Luz, sem que houvesse vítimas (O Independente, 08/09/1919, p. 2). Contudo, a partir deste momento, a greve parece se encaminhar para seu fim, em parte devido às violências cometidas pela polícia, à proibição de reuniões e ao fechamento das principais organizações operárias, o que ocasionou o desmantelamento do movimento e a apreensão

por parte dos trabalhadores. Assim, *O Independente* comemorava que “parece solucionada a greve nesta capital, normalizando a situação que chegou a criar verdadeiras apreensões. Pouco a pouco voltam os operários às oficinas. A Força e Luz já iniciou com regularidade os seus trabalhos, estando a trafegar todos os bondes” (12/09/1919, p. 2).

Após este breve relato da greve de 1919, pode-se destacar alguns pontos que ficam evidentes em uma análise mais acurada deste movimento paredista em comparação com o de 1917. Em primeiro lugar, percebe-se uma radicalização do discurso de suas lideranças se comparado com as manifestações de 1917, uma vez que estas passaram a questionar de forma mais veemente as bases do sistema capitalista – a propriedade privada e o Estado – mostrando uma clara virada para orientações de caráter anarquista. Esta mudança se deve ao fato de que no final de 1918, após uma frustrada tentativa de greve geral que durou poucos dias, ocorrera uma fusão entre as duas mais importantes associações operárias: a FORGS – até então com posições não anarquistas e segundo um militante da época “apagada” e “fiel ao governo” – e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Desta fusão, resultou o surgimento de uma associação que manteve o nome da FORGS com os estatutos da UGT, tornando-se uma “entidade anarco-sindicalista” e cuja diretoria passou a ser composta majoritariamente por militantes anarquistas (GERTZ, 1989, p. 126). Segundo Silva Jr., a UGT era uma associação criada pelos anarquistas que haviam sofrido um processo de expurgo da FORGS, que até 1918 era dominada por elementos “Pró-PRR” (1994, p. 375). Petersen também sustenta que a criação desta associação – ocorrida em maio de 1918 – deveu-se à insatisfação dos anarquistas “em linha de colisão com o grupo simpático ao Presidente do Estado” (2001, p. 342). Eram afiliados a esta entidade o Sindicato de Ofícios Vários, o sindicato padeiral entre outros. No final de 1918, a FORGS e a UGT se fundiram. Cabe salientar que, quando Kniestedt – imigrante alemão que assumiu uma destacada posição de liderança da Federação, sendo tesoureiro, proferindo palestras e redigindo diversos artigos na imprensa operária – utiliza em suas memórias

(publicadas no jornal *Aktion*, um periódico anti-nazista editado em alemão entre 1934 e 1937 e editadas por René Gertz) a expressão “anarco-sindicalista”⁶, já havia se passado muitos anos e que, no período estudado este termo não era sequer utilizado (SILVA Jr., 1994, p. 379). O autor das memórias deveria estar se referindo ao nítido predomínio das lideranças com orientação anarquista nos postos chave das associações classistas – entre elas a FORGS:

Assim, ao contrário da greve de 1917 – quando as manifestações dos organizadores de suas lideranças apontavam sempre para a obtenção de “melhorias” para os trabalhadores (Correio do Povo, 31/07/1917, p. 6), sem que houvesse uma manifestação contundente contra a ordem vigente devido a um significativo “reforço das posições não-anarquistas” (SILVA Jr., 1996, p. 199) tanto na direção da FORGS quanto na da Liga de Defesa Popular – na de 1919 os discursos, panfletos, boletins e jornais apontavam para a derrubada da ordem burguesa através de uma greve geral social, um movimento revolucionário contra a ordem estabelecida. Esta postura das lideranças operárias durante a greve levou o governo a considerar que aquele movimento tinha “intuitos francamente subversivos”, sendo dirigido por elementos desordeiros “quase todos estrangeiros” e tendo perdido “por inteiro as características de uma tentativa pacífica visando a consecução de fins legítimos, para assumir as proporções nitidamente definidas de uma ameaça contra a ordem constituída” (A Federação, 09/09/1919, p. 3). A postura do governo foi marcada por uma profunda intolerância, sendo efetuada uma forte repressão e uma vigilância

⁶ Para Silva Jr., “o próprio termo anarco-sindicalismo parece não existir no vocabulário, nem no discurso da grande imprensa, nem no discurso sindical da época” (1994, p. 16). O sindicalismo revolucionário, orientação do movimento sindical brasileiro no período, é costumeiramente confundido com o anarco-sindicalismo ou com o anarquismo. Esse equívoco “provém do fato de os militantes sindicalistas serem freqüentemente de origem anarquista” (TOLEDO, 2004, p. 59). Ver ainda SILVA Jr., 1995. é costumeiramente confundido com o anarco-sindicalismo ou com o anarquismo. Esse equívoco “provém do fato de os militantes sindicalistas serem freqüentemente de origem anarquista” (TOLEDO, 2004, p. 59). Ver ainda SILVA Jr., 1995.

ostensiva por parte da Brigada, que efetuou diversas prisões e proibiu reuniões públicas, ocupando as sedes das principais associações operárias e escoltando bondes com soldados armados com baionetas, o que levou os operários a denunciarem a cumplicidade do governo para com os patrões. *O Independente*, que no início da greve criticara o governo, afirmando que os operários não deveriam lutar contra os patrões e sim contra este, atribuiu a resolução do impasse à eficácia das medidas adotadas pelo governo – que acionou seu aparato coercitivo ocupando associações operárias, proibindo comícios e dissolvendo *meetings*. Os excessos cometidos pela polícia durante a repressão aos grevistas não foram questionados e elogiava-se que “o governo fez sentir o efeito de sua energia eficaz, conseguindo abafar não uma greve, pois esta se transformara em sedição, mas o início de uma revolta, preparada por espíritos transviados de moral e falhos de bom senso” (*O Independente*, 15/09/1919, p. 2).

Os patrões, desde logo demonstraram uma clara disposição em não ceder, em não negociar com os grevistas, configurando uma posição de enfrentamento e intransigência. Assim, passaram a realizar a substituição dos trabalhadores grevistas e a demissão sumária daqueles que – em sua visão – teriam abandonado o serviço. Esta posição de enfrentamento gerou uma radicalização da greve pois a resposta dos paredistas não foi menos contundente. Se em 1917 os patrões haviam seguido o “exemplo” de Borges de Medeiros, negociando com seus empregados (QUEIRÓS, 2006), nesta ocasião estes mostraram-se profundamente intransigentes e resolutos em não ceder em nenhuma reivindicação dos grevistas, contando com o apoio do governo. Este enfrentamento torna-se mais evidente se observarmos que, durante a greve de 1917, o Estado era chamado a intervir para minorar a carestia uma vez que a maioria das exigências arroladas no Memorial solicitava a intervenção dos governos estadual e municipal. Porém, “as reivindicações da LDP não necessariamente confrontavam o poder público, mas o pressionavam para que tomasse atitudes decididas para conter a carestia” (SILVA Jr., 1996, p. 189). Já em 1919, não havia uma pauta única de reivindicações e nem um comitê diretivo

com *status* institucional que representasse o conjunto dos trabalhadores parados e cada sindicato negociava diretamente com seus patrões. A FORGS, com receio de que o fracasso do movimento pudesse enfraquecer as posições de liderança conquistadas pelos anarquistas, desempenhou um papel figurativo, hipotecando solidariedade a seus associados. Pode-se dizer que, enquanto a greve de 1917 foi efetivamente uma greve geral que eclodiu a partir do chamamento de uma associação com *status* institucional que respondia pelo conjunto da classe, a de 1919 foi resultante da generalização de diversas greves parciais, sem que houvesse um comando centralizado e uma organização conjunta. Em 1917, “diversas categorias paralisaram, atendendo ao chamamento de um único comitê de greve (a LDP) e com uma única pauta de reivindicações” (SILVA Jr., 1996, p. 191) enquanto que em 1919 o desencadear de diversas greves setoriais desde o início do ano acarretou sua generalização.

Tendo o Estado e os patrões contra si e contando ainda com o fato de que operários de outros estados e mesmo alguns detentos estavam dispostos a substituí-los em seus postos – o que colocaria em risco o êxito da greve – os grevistas passaram a realizar ações que se caracterizavam pelo uso de um maior ou menor nível de violência: uma vez que a pressão econômica não estava surtindo efeito, eles passaram a adotar uma estratégia de ação mais agressiva, com a utilização de bombas como represália àquelas empresas que vinham sistematicamente substituindo operários, demitindo grevistas e demonstrando pouca disposição em negociar. Assim, a Cia Força & Luz, a residência do fiscal da mesma companhia e a Padaria Sul Americana foram alvos dessa estratégia de ação dos paredistas. Um Cabo da Brigada foi alvejado quando guardava a fábrica de cervejas Becker e Cia e a coação aos carneiros tornou-se sistemática: a intolerância do governo e a intransigência dos patrões em negociar levaram a uma situação de claro enfrentamento na qual as estratégias transpuseram a esfera meramente econômica. Com o fechamento das sedes, a proibição de reuniões, a vigilância ostensiva da Brigada, a utilização de forte aparato coercitivo contra os grevistas, a intransigência dos patrões em negociar e o receio das

bases de perder seu emprego, o retorno ao trabalho ocorreu de modo gradual, levando ao término uma greve que acabaria sem que se obtivesse o atendimento de qualquer reivindicação e que resultou no enfraquecimento das principais associações operárias.

Bibliografia

A Federação. Porto Alegre.

A Postos Operários – Manifesto da FORGS. Anexo 15 do Processo Crime 1016. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A Voz da Razão – ao povo, aos soldados e operários. Manifesto da FORGS. 07/09/1919. Anexo 11 do Processo Crime 1016. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A Voz da Razão. Manifesto da FORGS dirigido ao povo. Porto Alegre: 7/09/1919. Anexo ao processo 1016. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao Povo. O Programma Maximalista. Anexo 36 do Processo

Crime 1016. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Aos Pedreiros e Ajudantes. Anexo 16 do Processo Crime 1016. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

BODEA, Miguel. *A Greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: ProArte/L&PM, s/d.

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST edições, 1993. Correio do Povo. Porto Alegre.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GERTZ, René (ed.). *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Porto

Alegre: EST, 1989.

Grevistas Invencíveis cada vez mais conscientes. Aos metalúrgicos e aos operários em geral. Porto Alegre, 16 de agosto de 1919. Anexo 17 do Processo Crime 1016. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

HOBBSAWM, Eric. “Os Destruidores de Máquinas”. In: *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

La Barricada. Buenos Ayres. 12/1918. Anexo 37. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

MARÇAL, João B. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995.

MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembléia. Porto Alegre, 1920. Moção da FORGS. 20/07/1919. Anexo 22 do Processo Crime 1016. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O INDEPENDENTE. Porto Alegre.

O Inflexível, Porto Alegre.

O Syndicalista. Porto Alegre.

OLIVEIRA, Vitor. “Greves marítimas no Prata e no Paraguai: solidariedade de classe no início do Século XX”. *Revista Esboços*. Florianópolis: UFSC, 2005. n° 14.

PETERSEN, Sílvia e LUCAS, Maria E. (org.). *Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Tchê, 1992.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “*Que a União Operária Seja Nossa Pátria*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: UFRGS/UFSM, 2001.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “As Greves no Rio Grande do Sul”, In: DACANAL, José H. (org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979

PINHEIRO, Paulo Sérgio. A gandaia e a repressão: piruetas de um chefe de polícia na Primeira

República. *Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1979. n° 10.

PINTO, Celi. Positivismo: um projeto político alternativo. Porto Alegre: L&PM, 1986. Processo-Crime n.º 1016. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

QUEIRÓS, César Augusto B. *O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social*. Dissertação de Mestrado em História/UFRGS. Porto Alegre, 2000.

_____. *O Positivismo e a Questão Social na Primeira República (1895-1919)*. Guarapari: Editora Ex Libris, 2006.

RELATÓRIO apresentado Ao Exmo Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros pelo Dr. Protásio Alves em 30 de agosto de 1921.

RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Leão Lustosa ao Presidente do Estado Borges de Medeiros. 1920 / Biblioteca Pública do RS.

RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Leão Lustosa ao Presidente do Estado Borges de Medeiros. 1920 / Biblioteca Pública do RS.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca/Fumproarte, 2004.

_____. *De Mármore e de Flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. “Povo! Trabalhadores!”: *tumultos e movimento operário*. 1994. Dissertação – Mestrado em História/UFRGS. Porto Alegre. 1994.

_____. “A Greve de 1917 em Porto Alegre”. *Anos 90: revista do PPG em História da UFRGS*. n° 5. julho de 1996. Porto Alegre: UFRGS.

_____. “O anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-historiográfica”.

In: D'ANGELO, Ana. *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995.

Sindicato dos Operários da Força e Luz. Anexo 12. APERS.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na primeira república*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.